



# Finanças garantem avaliação de um milhão prédios até final de Maio

Em Junho, o Fisco coloca no terreno mais 900 peritos para acelerar avaliações de imóveis.

Lúgia Simões

lugia.simoes@economico.pt

O Ministério das Finanças vai colocar no terreno mas 900 peritos avaliadores, no início de Junho, para concluir o processo de avaliação geral dos 5,2 milhões de prédios urbanos até ao final do ano. Uma medida que resultou do acordo da 'troika' e que visa garantir uma receita adicional do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 250 milhões no próximo ano. Até ao final de Maio, o Executivo estima que estarão avaliados perto de um milhão de imóveis.

"Estima-se que até ao fim do mês de Maio, o número dos prédios urbanos avaliados no âmbito da avaliação geral se aproxime de um milhão", revelou ao Diário Económico fonte oficial do Ministério das Finanças.

Esta fasquia de imóveis avaliados corresponde a 19,2% da meta fixada pela 'troika'. "Está em linha com o objectivo fixado pelo Governo de concluir a avaliação geral até ao final de 2012", frisa a mesma fonte. Face a esta estimativa, em apenas dois meses o número de prédios avaliados quase duplicará face aos 500 mil processos concluídos até Março.

As Finanças adiantam ainda que, a partir de Junho, será dado ainda um "novo impulso" à reavaliação de milhões de imóveis, que arrancou em Dezembro do ano passado e abrange prédios urbanos que não tenham sido avaliados desde 2004. Em causa está a contratação de mais 900 peritos avaliadores, dos quais 250 serão nomeados até ao final desta semana e terão formação na próxima semana. Os restantes 650 peritos terão formação na última semana de Maio. O objectivo da Administração Tributária é que "no início de Junho estejam no terreno cerca de 1.400 peritos", o triplo do número de avaliadores actualmente afectos à avaliação geral e que terá um custo de 66,5 milhões para o Estado que descontará às receitas de IMI das câmaras deste ano.

Os novos avaliadores surgem depois dos cerca de 460 peritos actualmente no terreno terem ameaçado suspender os trabalhos, em Março, em protesto contra as baixas remunerações decididas pelo Ministério das Finanças. Já no início de Abril os peritos avaliadores recusaram-se a efectuar deslocações para visitar os prédios sempre que tal seja exigido por lei ou, por alguma razão, se mostre necessário.

Já o número de pedidos de segunda avaliação, segundo as Finanças, "é muito reduzido, sendo o seu registo de apenas 502, o que demonstra a qualidade e o rigor das tarefas de avaliação geral já realizadas pelos actuais peritos".

A avaliação geral de imóveis terá como consequência um aumento generalizado do IMI. O agravamento do imposto pode ir até 40% nas casas mais antiga, segundo estimativa do bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Ou seja, a taxa de IMI a pagar, no próximo ano, para um imóvel não avaliado poderá ser entre 0,5% a 0,8%. Enquanto um imóvel avaliado pelas Finanças poderá ter uma taxa de imposto entre 0,3% a 0,5%. Isto é, se por um lado o valor patrimonial do prédio, nalguns casos, será muito maior, por outro, a taxa de imposto é menor. ■



O objectivo fixado pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, é que no início de Junho estejam no terreno 1.400 peritos a realizar a avaliação geral de imóveis.



O Executivo terá de avaliar 5,2 milhões de prédios urbanos este ano. No final deste mês, estarão já avaliados perto de um milhão de imóveis.